

UNIVERSIDADE, PANDEMIA E MUDANÇAS TECNOLÓGICAS: impactos para o trabalho docente

*Amanda Moreira da Silva**
(UERJ, Brasil)

*Deise Mancebo***
(UERJ, Brasil)

 <https://doi.org/10.29404/rtps-v7i12.638>

Resumo: o artigo pretende analisar a utilização de novas tecnologias e plataformas durante o trabalho, tomando como base empírica os docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Apresenta e discute alguns dados da pesquisa “Trabalho docente na UERJ em tempos de pandemia”, desenvolvida pela Associação dos Docentes da UERJ (ASDUERJ), que objetivou conhecer os efeitos do trabalho remoto sobre os professores da referida universidade. Desse modo, tendo como aporte teórico-metodológico o materialismo histórico-dialético, o artigo busca contribuir para o debate sobre as condições atuais que enfrentam os professores das universidades públicas brasileiras, ao analisar como as formas de precarização do trabalho se aprofundaram durante a pandemia da COVID-19. Como resultado, aponta o aprofundamento da precarização e intensificação do trabalho docente com o uso das propostas de ensino remoto.

Palavras-chave: Trabalho docente. Educação Superior. Pandemia. Precarização do trabalho. Ensino remoto.

* Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente realiza estágio de pós-doutoramento em Sociologia do Trabalho na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atua como professora do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Integra o quadro docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É membro do Grupo de Pesquisa Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (COLEMARX/UFRJ) e do Grupo de Pesquisas Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses (GEMT). Publicou os livros: *Tempo e Docência: dilemas, valores e usos na realidade educacional*, pela Paco Editorial, em 2017, e *Formas e tendências de precarização do trabalho docente: o precariado professoral e o professorado estável-formal nas redes públicas brasileiras*, pela Editora CRV, em 2020, e *Trabalho docente sob a lógica privatista empresarial: a busca pela força de trabalho a serviço de um projeto hegemônico*, também pela Editora CRV, em 2021, além de diversos capítulos de livros e artigos em periódicos científicos. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-9416-0619>, e-Mail: <https://orcid.org/0000-0001-9416-0619>

** Doutora em História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com pós-doutorado pela Universidade de São Paulo. É professora titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e desenvolve suas principais atividades de pesquisa no Programa de Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ). Membro da coordenação colegiada da Rede Universitas/Br e da Rede ASTE. É líder do Grupo de Pesquisa do CNPQ (Trabalho na educação superior); Cientista do Nosso Estado da FAPERJ e bolsista de produtividade do CNPq. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-8312-4495>, e-Mail: deise.mancebo@gmail.com

UNIVERSITY, PANDEMIC AND TECHNOLOGICAL CHANGES: impacts on teaching work

Abstract: the article intends to analyze the use of new technologies and platforms during the work, taking as an empirical basis the professors of the University of the State of Rio de Janeiro (UERJ). It presents and discusses some data from the research "Teaching work at UERJ in times of pandemic", developed by the Association of Teachers of UERJ (ASDUERJ), which aimed to know the effects of remote work on the professors of that university. In this way, taking historical-dialectical materialism as a theoretical-methodological contribution, the article seeks to contribute to the debate about the current conditions faced by professors at Brazilian public universities, by analyzing how the forms of precariousness of work have deepened during the pandemic of COVID-19. As a result, it points to the deepening of the precariousness and intensification of teaching work with the use of remote teaching proposals.

Keywords: Teaching work. High education. Pandemic. Precariousness of work. Remote teaching.

UNIVERSIDAD, PANDEMIA Y CAMBIOS TECNOLÓGICOS: impactos en el trabajo docente

Resumen: el artículo pretende analizar el uso de nuevas tecnologías y plataformas durante el trabajo, tomando como base empírica a los profesores de la Universidad del Estado de Río de Janeiro (UERJ). Presenta y discute algunos datos de la investigación "El trabajo docente en la UERJ en tiempos de pandemia", desarrollada por la Asociación de Profesores de la UERJ (ASDUERJ), que tuvo como objetivo conocer los efectos del trabajo a distancia en los profesores de esa universidad. De esta manera, tomando el materialismo histórico-dialéctico como contribución teórico-metodológica, el artículo busca contribuir al debate sobre las condiciones actuales que enfrentan los profesores de las universidades públicas brasileñas, al analizar cómo se profundizaron las formas de precariedad del trabajo durante la pandemia de COVID-19. Como resultado, apunta para la profundización de la precariedad y la intensificación del trabajo docente con el uso de propuestas de enseñanza a distancia.

Palabras clave: Trabajo docente. Educación universitaria. Pandemia. Precariedad del trabajo. Enseñanza a distancia.

Introdução

O tema da precarização do trabalho é de grande importância no Brasil, especialmente nos dias de hoje, em que emerge uma nova realidade inserida na complexidade do "capitalismo pandêmico" (ANTUNES, 2022). A chegada da pandemia do novo coronavírus no Brasil encontrou o país em situação bastante complexa. Ao quadro de crise econômica, política e social que já se apresentava, somou-se a crise sanitária, conduzindo o país a um dos piores momentos da sua história. É preciso destacar que a crise sanitária não trouxe grandes novidades para o mundo do trabalho, apenas aprofundou aceleradamente processos em curso na lógica destrutiva do capital, escancarando a precarização e a perda de direitos.

As metamorfoses no mundo do trabalho, ocorridas nas últimas décadas, marcam uma fase do capitalismo ainda mais agressiva, pautada pela desregulamentação das relações de trabalho que vem se expandindo de forma global – especialmente na periferia do sistema – por meio de formas de precarização que têm se alastrado, inclusive, para o setor público, atentando contra a sociedade, contra os direitos sociais e trabalhistas.

O trabalho docente segue a tendência presente no mundo do trabalho atualmente, sob a égide da “plataformização” (OIT, 2021), uma vez que também vem sendo pautado por uma nova lógica de organização, gerenciamento e controle (ABÍLIO, 2022), aumentando assim a precarização e a intensificação de maneira que as atividades do professor têm sido cada vez mais diversificadas, em maior número, em condições diversas e gestadas a partir da lógica do trabalho remoto junto ao presencial.

Considerando esse contexto, este artigo¹ se coloca com uma razão, especialmente: apresentar a realidade de um setor específico da classe trabalhadora, os professores e professoras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, frente à realidade do ensino remoto que ampliou a precarização e a intensificação do trabalho, já vivenciadas em tempos anteriores à pandemia e cujos impactos permanecem no período posterior ao isolamento social.

Para tanto, elucidaremos aspectos da pesquisa “*Trabalho docente na UERJ em tempos de pandemia*”² (ASDUERJ, 2021) que revelam como o processo de precarização e intensificação do trabalho, advindo de novas demandas e exigências no cotidiano profissional, acopladas à utilização de tecnologias digitais e desenvolvimento de atividades remotas de ensino, incidem sob a vida cotidiana dos docentes da UERJ, acarretando diversos desdobramentos que serão discutidos na segunda e na terceira seções deste artigo. A referida pesquisa trouxe um conjunto complexo de dados que envolvem a realidade atual da educação superior e mostra que os professores dessas instituições têm enfrentado muitos desafios para cumprir o seu ofício. Por meio desta análise identificamos algumas questões relacionadas às condições de trabalho docente no primeiro ano da pandemia da Covid-19 e seus possíveis desdobramentos futuros.

Mudanças na educação superior brasileira e o agravamento da precarização do trabalho a partir da pandemia de Covid-19

A educação superior brasileira e o trabalho nela desenvolvido foram campos profundamente afetados pelo contexto pandêmico. Nas instituições privadas, por exemplo,

¹ Uma análise preliminar a respeito dos dados tratados neste artigo foi realizada por ambas as autoras após a finalização de uma pesquisa realizada em âmbito sindical (ASDUERJ, 2020), publicada na Revista Advir (MANCIBO, 2021; SILVA, 2021) da Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. No presente artigo buscou-se unificar as análises empreendidas, agregando novas reflexões.

² A coleta de dados da referida pesquisa ocorreu por meio da aplicação de um questionário *on-line* autoaplicado, disponibilizado na plataforma *Google Forms*, no período de 26 de novembro a 14 de dezembro de 2020. Conforme consta no relatório publicado pelo sindicato (ASDUERJ, 2021), o instrumento de pesquisa foi enviado para todos os *e-mails* institucionais das unidades acadêmicas, solicitando que fossem encaminhados para todo o corpo docente; além disso, o questionário foi amplamente divulgado nas redes sociais e por aplicativos de mensagem do sindicato, atingindo assim um expressivo número de respondentes das unidades de todos os centros setoriais. Do total de 2.862 trabalhadores docentes ativos na Universidade, retornaram 553 questionários respondidos (19,32% do total).

novos “ensalamentos” foram realizados, com a junção de estudantes de cursos, disciplinas e séries distintos, permitindo, assim, menor gasto com a folha de pagamento e maior massa de matrículas. As demissões foram uma decorrência lógica desse processo (MANCEBO, 2021a). Como analisado em outro texto:

Na realidade, se o movimento de demissões de professores das instituições de ensino superior privadas já era rotineiro a cada final de semestre, as circunstâncias provocadas pela pandemia da Covid-19 [principalmente, o uso do ensino remoto] apontam para uma aceleração desse processo (MANCEBO, 2021b, p. 242).

A educação superior pública também foi afetada, em especial porque, em linhas gerais, a maioria de seus trabalhadores teve que aderir ao trabalho remoto, diante da necessidade do isolamento social. E essa utilização emergencial acabou levando à incorporação de muitos dos elementos do trabalho remoto ao ensino presencial, não necessariamente de forma sutil, após a retomada presencial em 2022.

Preliminarmente, deve-se registrar que a legislação brasileira não aborda e sequer utiliza o termo “trabalho remoto”. Há referência, no entanto, ao “teletrabalho” na Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017 (BRASIL, 2017), a (Contra) Reforma Trabalhista, que introduz na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o artigo 75-B, onde o teletrabalho é descrito como “a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo”. Como se sabe, uma das marcas da (Contra) Reforma Trabalhista é afirmar a prevalência do que é negociado sobre o que é legislado, e isto também se faz presente, na legislação sobre o teletrabalho. Assim, a nova legislação não cumpre a finalidade de proteção jurídica do trabalhador, uma vez que as questões essenciais da relação de trabalho foram simplesmente remetidas ao contrato entre as partes (MANCEBO, 2020).

Em síntese, há uma grande lacuna regulatória sobre o tema do trabalho remoto no país. Todavia, *mesmo sem regulação, mas premidos pela necessidade de isolamento provocada pela pandemia, foi bastante expressivo o número de trabalhadores sob o regime de trabalho remoto, mais especificamente em situação de home office, o que incluiu a quase totalidade dos docentes das universidades públicas*. Foi assim que, ciente da complexidade da conjuntura vivida, a Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ASDUERJ) organizou, dentre outras iniciativas, a pesquisa “Trabalho docente na UERJ em tempos de pandemia”, por ocasião do final do primeiro período acadêmico emergencial (PAE1), qual seja, no final de 2020, buscando:

[...] conhecer os efeitos das medidas de distanciamento social em função da pandemia do novo coronavírus sobre os/as docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a fim de identificar quais atividades foram desenvolvidas no âmbito da universidade no ano de 2020, o tempo de trabalho que dedicaram às suas funções docentes, os efeitos sobre as suas condições de saúde e a quais tipos de demandas e exigências passaram a estar submetidos/das em seu cotidiano profissional (ASDUERJ, 2021, p.3).

Antes de expor e analisar os dados da pesquisa – que será feito nas próximas seções deste artigo –, é preciso destacar que são muitas mudanças em curso na educação superior brasileira nas últimas décadas, a partir da presença de fundos de investimento e dos grupos de capital aberto que se constituíram e lideram a expansão privado-mercantil nos últimos 20 anos no Brasil. Isso tem fortalecido a lógica empresarial na educação em consonância

com as metamorfoses no mundo do trabalho, num contexto de crise estrutural, com hegemonia do capital financeiro e na era informacional digital (ANTUNES, 2018).

Foi no início dos anos 2000 que se identificou que o setor de educação superior possuiria rápida expansão (RODRIGUES, 2007). Com isso os fundos de investimento voltaram sua atenção para a área educacional, dando origem nesse período aos primeiros fundos exclusivamente direcionados para a educação (OLIVEIRA, 2009).

Hoje em dia, o mercado educacional privado possui “organizações³” de educação (CHAUI, 1999), de comercialização mais intensa, que são direcionadas por empresas de capital aberto de alcance nacional ou internacional. Tudo isso traz profundas modificações para a organização da educação superior e para a força de trabalho que nela atua (GOMES, 2021; LEHER 2021). Para avançar na lucratividade, a atuação dos empresários na educação superior se complexificou ao longo das últimas décadas, implicando profundas mudanças nas organizações e nas instituições, na profissionalização da gestão e na organização do trabalho.

As “organizações” privadas que se expandiam para todos os espaços possíveis no final da década de 1990, em prédios próprios, em escolas de educação básica, em *shopping centers* (RODRIGUES, 1998), agora se expandem por meio de aulas virtuais, da plataformização do trabalho, da gamificação do ensino, da utilização dos algoritmos, da robotização do processo de ensino-aprendizagem, fazendo com que o trabalho docente passe a ser feito em grande parte por tutores, barateando assim a força de trabalho dos professores e levando a uma formação cada vez mais minimalista e esvaziada de sentidos para os estudantes (SILVA, 2022).

O que vem particularizando a mercantilização da educação superior no Brasil, atualmente, é a vertiginosa tendência de crescimento da modalidade a distância, sendo essa constituída como uma verdadeira estratégia de negócio. Do expressivo aumento do número de matrículas na educação superior, grande parte tem sido ofertada dessa forma⁴, sendo os estudantes contratualizados por corporações com dominância financeira, ou seja, são clientes de grupos de capital aberto, cujo único objetivo é ter saciado o lucro dos seus investidores (GOMES, 2021; LEHER, 2021).

Ao trazer um panorama atual da educação superior brasileira, Gomes (2021) identifica e caracteriza os grupos educacionais de capital aberto e os conflitos laborais relacionados ao trabalho docente. Assim afirma que

Em virtude do fato de essas organizações possuírem ações na bolsa, as empresas educacionais estão constrangidas por outra perspectiva de tempo de circulação do capital em que as expectativas de lucro são monitoradas diuturnamente por acionistas e por grupos de investidores, como os *fundos de investimentos*.

³ Utiliza-se aqui o conceito de “organização”, além de “instituição”, pela compreensão de que os termos não são sinônimos, assim como aponta Marilena Chauí. Segundo a autora, há uma passagem da universidade da condição de instituição social (pautada pela sociedade e por uma aspiração à universalidade) à de *organização* (regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível) (ADUSP, 2014, p.1).

⁴ Conforme censo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2020), em 2019, portanto, antes do advento da pandemia, as instituições privadas já detinham 28,5% de suas matrículas a distância.

Fundos de investimento é uma forma de aplicação financeira, baseada na rentabilidade, que encontrou no Brasil, na educação superior privada, condições favoráveis para atuar e investir (GOMES, 2021, p.21).

Conforme aponta Sguissardi (2015), o que sobressaiu nas duas primeiras décadas do século XXI foi a ampliação de políticas focais de acesso à educação superior que nos levou não necessariamente a um movimento de democratização, mas sim de massificação mercantil, contando para isso com uma legislação permissiva quanto à natureza comercial das organizações educacionais privadas.

É preciso destacar que toda essa expansão propriamente mercantil da educação superior, engajada em satisfazer a ordem de grandeza e a rapidez da lucratividade esperada pelos operadores do mercado financeiro, só foi possível porque a indução estatal possibilitou o seu crescimento. Conforme aponta Leher (2021, p. 728-729):

Sem a indução estatal do ProUni que concedeu isenções tributárias generosas ao segmento mercantil, em troca de uma reduzida contrapartida em termos de vagas e, o que é indissociável desta indução, o redimensionamento do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) em 2010, é certo que a expansão privado-mercantil não teria tido a mesma escala.

Concomitantemente a esse processo que atinge diretamente as organizações privado-mercantis há também o velho espectro da mercantilização que assombra a universidade pública há pelo menos 50 anos. O repasse do fundo público para o setor privado-mercantil tem agravado o sucateamento das instituições de educação superior públicas, principalmente as universidades e institutos federais que vêm sofrendo os impactos diretos da devastação do orçamento público, fundamentalmente a partir da aprovação da Emenda Constitucional nº 95 (BRASIL, 2016) que inviabiliza o provimento dos direitos sociais. E todo esse processo de mercantilização e mercadorização das universidades públicas – que atinge não somente as federais, mas também as estaduais – foi intensificado no contexto de pandemia da Covid-19 (SILVA, 2022).

Assim, travestida na pedagogia do “novo normal”, o que temos visto nos últimos três anos é a naturalização de atividades diversas por meios remotos (BRASIL, 2022)⁵, a aceleração da implementação de formas de plataformização da educação por meio de ensino remoto e “híbrido”, que vêm reunindo antigos projetos privatistas desejados por décadas.

Em linhas gerais, o atual modelo de mercantilização da educação superior congrega: gestão da universidade privatizada, produção do conhecimento controlada pelo mercado e pela censura, redução de investimentos em infraestrutura, presença de recursos privados e neutralização da luta sindical e estudantil (SILVA; VIEIRA, 2020).

Cabe dizer que a recente ofensiva contra as universidades públicas, levada a cabo pela extrema-direita, concentrou-se inicialmente na desqualificação da produção do conhecimento científico feito nas instituições. E no contexto de pandemia o projeto de privatização da universidade foi novamente repaginado e aprofundado. Aproveitando-se da fragilidade dos estudantes e de seus familiares, setores empenhados na ampliação do

⁵ Decreto Nº 11.072, de maio de 2022, que dispõe sobre o Programa de Gestão e Desempenho - PGD da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. O PGD é instrumento de gestão que disciplina o desenvolvimento e a mensuração das atividades realizadas pelos seus participantes. Regulamenta o teletrabalho dos servidores públicos, incluindo os trabalhadores das universidades.

ensino a distância e na venda de maquinário, de cursos e material pedagógico para as universidades passaram a entoar a bandeira do ensino remoto. A adoção desta precária modalidade de ensino conjugou problemas que já estavam presentes no cotidiano das universidades com questões que surgiram no período emergencial. Esta combinação de sucateamento com privatização reforçou a desigualdade social no interior das universidades, tornou ainda mais difícil a luta pela permanência dos estudantes, estimulou a parceria das universidades com empresas privadas e agudizou a precarização das relações de trabalho, com treinamento aligeirado dos profissionais, adaptação improvisada dos currículos para aulas não presenciais, controle da produção do conhecimento científico etc. (SILVA; VIEIRA, 2020). É sob esse cenário que se apresentou uma nova realidade para o trabalho docente nas universidades públicas, agravando as formas de precarização e intensificação do trabalho, o que será tratado a seguir, tomando como campo empírico os docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Trabalho docente na UERJ e a utilização de tecnologias digitais

A relação entre trabalhadores e máquinas no capitalismo tem demonstrado que a introdução de tecnologias – no caso aqui analisado, a utilização de tecnologias de informação e de comunicação (TICs) – não melhora, necessariamente, as condições de trabalho. Ao contrário, a expansão do complexo maquinico-informacional-digital tem modificado, significativamente, tanto as formas de produção quanto as relações de trabalho existentes, tem reordenado o labor, mas quase sempre remetendo a situações mais desfavoráveis para os trabalhadores (MANCEBO, 2021).

A literatura crítica nesse campo tem demonstrado que, dependendo das circunstâncias e da capacidade dos trabalhadores se organizarem e reagirem, o que tem sido mais comum é assistirmos a situações bastante indesejáveis: jornadas que extrapolam o acordado, intensificação e precarização do trabalho, diminuição da força de trabalho, aumento do desemprego, oscilação de salários, implementação de novos métodos de monitoramento e controle de funcionários, dentre outras, tudo para aumentar a lucratividade de empresários e para diminuir os gastos de governantes em diversos níveis, alinhados aos preceitos neoliberais. Enfim, cabe registrar que, *como aconteceu em outras revoluções tecnológicas no capitalismo*, não há qualquer garantia de que trabalhar em *home office* aumente a satisfação no trabalho ou torne as pessoas mais felizes, autônomas e com mais tempo livre, especialmente se o trabalho remoto é introduzido premido por uma situação de crise sanitária, como foi o caso dos professores durante a pandemia (MANCEBO, 2021).

O trabalho docente, como sabido, envolve o ensino, a pesquisa, a extensão, além de um crescente número de atividades administrativas e tudo isso foi levado para as casas, com todos os percalços que envolvem as atividades desenvolvidas em *home office*, intensamente mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação.

Dentre os docentes da UERJ, participantes da pesquisa (ASDUERJ, 2021), 70,5% atestaram possuir recursos tecnológicos suficientes para ministrar atividades de trabalho remoto; 92,9% citaram a posse de *notebook*, o principal equipamento utilizado para as atividades de trabalho; 92,4% afirmaram possuir *smartphone*; 33,8% possuem *tablete*; 36,8% têm computador de mesa; bem como 84% afirmaram que fazem uso de internet

banda larga, sendo 95,5% por meio de internet *wi-fi* e 76,6% possuem planos de dados de celular.

A precarização do trabalho é caracterizada por diversos elementos, e um deles está relacionado às condições de remuneração e custos com o próprio trabalho. Uma das características do trabalho uberizado “é a necessidade de custeio dos instrumentos de trabalho pelo próprio trabalhador, desonerando o empregador de todos os custos trabalhistas” (SILVA, 2020a, p. 599). Nesse aspecto, a pesquisa apontou que 84% dos professores tiveram de fazer adaptações das condições de suas casas para desenvolver atividades remotas; 52,4% fizeram novo contrato de internet; 53,4% compraram equipamentos e mobiliários; 59% fizeram adaptação dos cômodos da casa para lidar com o ensino remoto; 37% tiveram de ajustar a rotina da casa; e 72,1% compartilharam equipamentos com outros membros da família, inclusive, 29,2% compartilharam o próprio notebook e 16% o computador de mesa (16%). Diante desse quadro, 14,7% dos professores até tentaram pedir recursos tecnológicos à administração da UERJ, mas somente 26,3% desses pedidos foram atendidos.

A pesquisa detectou também que a maior parte dos docentes não considera a plataforma pública utilizada na UERJ, que é a RNP, como satisfatória. A plataforma oficialmente adotada pela universidade, só foi avaliada positivamente por 35,1% dos respondentes, o que explica o fato de 77,6% dos docentes utilizarem alguma outra ferramenta para a realização das suas atividades, em especial, o *Google Meet*, adotado por 76,7% e o *Zoom*, por 43,2% (há docentes que adotaram as duas plataformas), e esse é um dado bastante significativo para ser analisado devido a essa naturalização da utilização das plataformas privadas na educação pública, que interferem na autonomia docente e contribuem para o gerenciamento e controle, marcas da plataformização no formato de trabalho “*online web based*”⁶ (BRIDI, 2022; OIT, 2021).

Já o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) atendeu às expectativas de 53,2% dos docentes e o suporte institucional e o apoio pedagógico para o uso de plataformas digitais foi considerado positivo para 45,2%. A maioria dos professores, 93,1% dos respondentes, ofereceu atividades de ensino remoto ao vivo (as denominadas atividades síncronas), com uma frequência predominante, de 1 a 3 vezes por semana. E 73% dos professores consideraram que a nova rotina de trabalho interferiu na qualidade das atividades de ensino, na educação básica⁷, na graduação e/ou na pós-graduação.

Por fim, apesar de todas as dificuldades anteriormente elencadas, 43,6% dos respondentes avaliaram sua atividade docente durante o período emergencial como “satisfatória” e 12,6% como “muito satisfatória”. Adicionalmente, 47,2% dos docentes ficaram satisfeitos com a realização das atividades neste modelo; 46,3% julgaram como

⁶ A Organização Internacional do Trabalho (OIT) classifica a “plataformização” do trabalho a partir de duas categorias: a *location-based* e a *on-line web-based*. Nas empresas-plataforma de tipo *location-based*, o trabalho é realizado mediante o uso de aplicativos e requerem o deslocamento dos trabalhadores (caso de motoristas da Uber, entregadores etc.). Já os trabalhadores *on-line web-based* são aqueles que atuam principalmente a partir de suas casas, por meios telemáticos, com uso intensivo de *notebooks* e *smartphones*, modalidade que vem avançando sobre todos os setores econômicos tradicionais, envolvendo profissionais de elevada qualificação em atividades relacionadas à saúde, educação, sistema financeiro, como também novas atividades que envolvem as plataformas de publicidade e anúncios (como *Facebook*, *Instagram*, *Google* etc.), a realização de microtarefas relacionadas à inteligência artificial, entre outras (BRIDI, 2022; OIT, 2021).

⁷ A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) possui o Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira – Cap-UERJ, uma unidade acadêmica da Universidade voltada para a educação básica e formação de professores.

“satisfatória” e 14,8% consideraram “muito satisfatória” a interação estabelecida com os estudantes. Isso aponta para a necessidade da continuidade da investigação, com um viés mais qualitativo, para se compreender, com maior profundidade, o que os respondentes quiseram afirmar quando indicaram que “a nova rotina de trabalho tem interferido na qualidade das atividades de ensino” e, principalmente, para se compreender por que, apesar de todas as dificuldades enunciadas, avaliaram sua atividade docente durante o período emergencial como satisfatória e até muito satisfatória (MANCEBO, 2021).

O ensino remoto como um novo elemento da precarização do trabalho docente

A pesquisa “Trabalho docente na UERJ em tempos de pandemia” (ASDUERJ, 2021) traz um conjunto complexo de dados que envolvem a realidade atual da educação superior e mostra que os professores da UERJ enfrentaram muitos desafios para cumprir o seu ofício. Com a inserção do trabalho remoto na vida laboral, os docentes passaram a ter jornadas ampliadas e não remuneradas, pois o tempo de preparação de um conteúdo para meios digitais (elaboração de *slides*, gravação e edição de vídeos, disponibilização em plataformas etc.) geralmente é muito maior do que o tempo gasto com a organização de uma atividade presencial. Além disso, os instrumentos de trabalho como computadores, celulares, pacotes de dados, luz, entre outros, têm sido custeados integralmente pelo próprio profissional, indicando um processo de uberização do trabalho docente que também é fortemente atravessado pelo monitoramento e pelo controle (SILVA, 2020a).

A ampliação da carga de trabalho induz à insatisfação com o ofício, e o que antes se traduzia em Síndrome de *Burnout*⁸ e exaustão profissional, encontrou ambiente propício ao seu aprofundamento em tempos de pandemia, pois o desenvolvimento das atividades não presenciais contempla diversas outras ações como é o caso da elaboração e correção de atividades síncronas e assíncronas, participação em reuniões, atividades de gestão, orientações, bancas, além das atividades já comumente realizadas num computador, como pesquisas, publicações, relatórios etc., o que inevitavelmente leva a um maior tempo de utilização das telas, ocasionando o *zoom fatigue*⁹ (LOPES, 2020).

Relevante destacar também que [...] além da pressão e vigilância impostas, que podem se configurar em assédio, o uso constante das tecnologias, com as quais nem todos são familiarizados, amplia as possibilidades de adoecimento físico e mental. A elevação da carga de trabalho se dá, ainda, em condições subjetivas desfavoráveis, uma vez que muitas e muitos docentes têm que lidar com o teletrabalho em meio a afazeres domésticos e demandas familiares (INFORMANDES, 2020, p. 12).

Conforme indicou a pesquisa aqui abordada (ASDUERJ, 2021), para a maioria dos professores ocorreu um aumento das horas de trabalho. Em relação à carga horária média diária de trabalho durante o período de Ensino Remoto Emergencial (ERE), 5,6% dos docentes responderam que a média diária de trabalho foi de até 4 horas; para 35,6% foi

⁸ A síndrome de *Burnout* é um distúrbio emocional com sintomas de exaustão extrema, estresse e esgotamento físico resultante de situações de trabalho desgastantes. A principal causa da doença é justamente o excesso de trabalho.

⁹ Esgotamento mental provocado pelo excesso de atividades remotas. O termo faz menção a um dos mais populares aplicativos de videoconferência e revela uma fadiga a que o cérebro se vê submetido após uma sucessão de sessões diante de uma tela.

entre 5 e 8 horas; para 44,7% foi entre 9 e 12 horas e para 14% foi mais de 12 horas por dia.

Considerando que a maior parte dos professores faz parte do regime de trabalho de 40 horas semanais, e que, portanto, são contratados para uma carga horária diária de 8 horas, observamos que a maioria dos docentes está trabalhando muito além da carga horária contratual. Além disso, numa comparação com períodos anteriores à pandemia, houve um aumento da jornada de trabalho de forma não remunerada, segundo as percepções dos próprios docentes. Isso ficou explícito quando 71,6% disseram que trabalharam mais em 2020, numa comparação com anos anteriores. Esse dado é extremamente relevante, visto que já havia uma intensificação do trabalho docente em períodos anteriores, mas que, com a pandemia, aumentou ainda mais e os próprios docentes reconhecem este fato.

Quanto à frequência de trabalho nos finais de semana, os docentes responderam da seguinte maneira: 33,5% disseram que trabalham "sempre"; 36,9% responderam que trabalham "frequentemente"; e 20,5% responderam que trabalham "algumas vezes". Para 6,2% a resposta foi "raramente" e apenas 2,9% responderam que nunca trabalham nos finais de semana. Percentuais semelhantes também ocorrem para os feriados, quando 34,4% dos docentes disseram que trabalham "frequentemente"; 27,6% responderam que trabalham "sempre"; 23,1% responderam que trabalham "algumas vezes"; 10,9% responderam que trabalham "raramente" e apenas 4% responderam que nunca trabalham durante os feriados.

Conforme observamos nos dados supracitados, houve sobrecarga, intensificação, ou mesmo naturalização do trabalho fora da carga horária contratual e habitual. Além disso, quase 90% dos docentes têm a impressão de que o tempo não é suficiente para cumprir todas as demandas de trabalho, e mais de 90% se sentiram pressionados com prazos e metas a cumprir, ou seja, o produtivismo já presente em tempos anteriores, advindo das políticas neoliberais dos anos 1990, se intensificou com a pandemia.

Há décadas os docentes vêm experimentando um leque ampliado de alterações no cotidiano da vida acadêmica, tanto na graduação como na pós-graduação, a partir de um processo combinado de precarização e intensificação do trabalho, entretanto, isso se agravou no contexto atual (SILVA, 2021). Entre os docentes respondentes da pesquisa (ASDUERJ, 2021), 36,5% exerceram algum cargo de gestão/chefia na UERJ (coordenação de graduação, pós-graduação, de estágio supervisionado, direção de unidade etc.). Destes docentes que exerceram funções de chefia, 33,5% afirmaram dedicar mais de 30 horas de trabalho semanal para exercer a referida função; 32% dedicaram entre 10 e 13 horas e 34,5% dos docentes dedicaram 10 horas semanais ou menos para o exercício desta função. Além das atividades já citadas, 66,9% dos docentes desempenharam função como pareceristas de periódicos; 30,1% foram pareceristas de trabalhos em eventos; 26,7% prestaram assessoria ou consultoria na sua área de estudo e pesquisa; 27,2% participaram de comissão/conselho editorial e 15,6% escreveram editoriais de revistas acadêmicas, no ano de 2020.

Conforme demonstraram os dados da pesquisa, o grupo de professores inseridos na pós-graduação apresenta um cotidiano acadêmico com alto grau de intensificação do trabalho, acumulando diversas e distintas atividades (acadêmicas e administrativas, na graduação e na pós-graduação). Dal Rosso (2008, p. 131) analisa que a "[...] cobrança por

resultados pode ser entendida como forma de intensificação num sentido mais subjetivo. Cobrar resultados impõe uma pressão interior ou exterior sobre o trabalhador". Na verdade, a pressão extrapola a questão da publicação e se enraíza na prática docente em sua totalidade. Nesta dinâmica, outro elemento é relevante: dentre os respondentes da pesquisa, 12,9% são bolsistas produtividade em pesquisa PQ/CNPq, e este também é um fator determinante que vem exigindo do docente pesquisador uma intensificação ainda maior de trabalho, de produtividade e exploração.

No que diz respeito à produção científica durante a pandemia, os professores da UERJ mantiveram a seguinte produção: 17,5% publicaram livros; 55,1% publicaram capítulos de livros; 73% publicaram artigo completo em periódicos; 28,8% tiveram artigos completos publicados em anais de eventos; 31,2% tiveram resumos publicados em anais de eventos; 4,5% publicaram resenhas; 10,3% produziram editorial de revista; e 22,7% escreveram prefácio, apresentação, contracapa ou orelha de livros.

Embora o esforço da produção acadêmica tenha se mantido, conforme evidenciam os dados, 76,0% dos docentes afirmaram que o ano de 2020 representou uma mudança no padrão da sua produção científica: 50,4% dos docentes afirmaram que produziram menos durante o ano de 2020, enquanto outros 25,6% informaram ter produzido mais. Somente para 24,1% é que não houve mudança no padrão de produção acadêmica que desenvolviam em períodos anteriores¹⁰.

Os ritmos impostos pelo trabalho remoto intensificam e complexificam o trabalho docente contemporâneo e, sobretudo, acarretam desdobramentos para a vida, a saúde e as relações entre os trabalhadores docentes, demarcando fronteiras tênues entre trabalho e vida pessoal. Conforme indica Ribeiro (2021), o longo período diante de uma tela de computador, diariamente, potencializa fadigas visuais e ergonômicas, fazendo com que a intensificação crescente do trabalho e a subsequente redução, ou mesmo supressão, da fronteira entre vida acadêmica e pessoal incorram em prejuízos à saúde dos trabalhadores. Em relação aos dados da pesquisa, a autora destaca que entre as mulheres, 23,5% dos afastamentos se deram por transtornos associados ao estresse, já entre os homens a maior proporção foi relacionada aos sintomas de ansiedade, motivo de 25% dos afastamentos no ano de 2020.

Tudo isso adensa novos elementos à complexidade do estágio atual do capitalismo e do seu padrão de acumulação, que implica em novas faces da exploração do trabalho, pois vem rompendo com o padrão dos tempos de trabalho separado nitidamente dos tempos de não-trabalho. O ritmo, a velocidade, a polivalência, a flexibilidade, o excesso de atividades, a corrida olímpica pela produtividade, tudo isso vem determinando o maior dispêndio de energia física e mental em prol da elevação de resultados quantitativos e qualitativos, ou seja, produzindo "mais trabalho" (DAL ROSSO, 2008).

Outro fator destacado por Ribeiro (2021) em relação aos dados da pesquisa com os professores da UERJ foram as estratégias adotadas pelos docentes para enfrentar esse momento de mudanças abruptas no cotidiano de trabalho. Neste caso, 36,8% dos docentes

¹⁰ Cabem análises futuras, não realizadas neste artigo, a respeito da diferença na produção acadêmica de homens e mulheres durante a pandemia. Tarefas relacionadas aos cuidados com idosos e crianças, além da casa, muitas vezes são atribuições direcionadas às mulheres e geram sobrecarga, como já indicam os resultados preliminares do projeto brasileiro *Parentis Science* (2022 – Texto em html).

adotaram estratégias exclusivamente individuais, 35,3% adotaram uma combinação de estratégias individuais e coletivas, e a adoção de nenhuma estratégia de resistência foi referida mais frequentemente pelas mulheres (16,3% das respondentes) (RIBEIRO, 2021).

Com tudo isso, a pesquisa realizada com docentes da UERJ traduz também, de diferentes formas, o contexto de formação de uma nova sociabilidade do ser humano, que requer mudanças profundas nas instituições educativas e no trabalho docente, exigindo uma nova forma de ser do professor-pesquisador que, de acordo com as formas atualizadas de exploração em tempos de mundialização e reorganização capitalista, conduz o docente ao trabalho exaustivo, submetendo-o aos novos modos de controle e valorização do capital, no sentido de “fazer caminhar a ‘nova universidade’, sem saberem bem para onde ela caminha” (AMARAL, 2018, p.2). Portanto, para contrapor esta lógica, “é pertinente colocar no horizonte imediato da prática docente, a necessidade de desconstrução da cultura perversa que vem sendo tecida e disseminada por docentes e discentes” (AMARAL, 2012, p. 236, *apud* DUARTE, 2017, p. 266), tanto inseridos na graduação quanto na pós-graduação, buscando construir e fortalecer estratégias de resistência.

Considerações finais

Ao analisarmos o cenário do trabalho docente na universidade, em meio às atuais mudanças tecnológicas, é inevitável sermos transpassados por um sentimento imbricado de pessimismo – por entendermos o processo de sucateamento da educação superior ao longo das últimas décadas – com o compromisso e a responsabilidade de disputarmos os rumos desse processo. Os passos da história recente nos aproximam ainda mais de um certo grau de pessimismo, afinal as condições atuais de sucateamento orquestrado, especialmente nos últimos anos, nos colocam diante de um cenário de intensa precarização. Isso porque atualmente se retoma, de forma ainda mais perversa, o contexto neoliberal dos anos 1990, com um aprofundamento ultraneoliberal somado às perspectivas ultraconservadoras (SILVA, 2021, 2022).

A precarização do trabalho docente não é um fenômeno recente, tampouco é um processo homogêneo, ao contrário, possui várias dimensões que se aprofundam a partir das transformações do mundo do trabalho na segunda década do século XXI (SILVA, 2020b). A pandemia da Covid-19, portanto, agravou o quadro de precarização das relações de trabalho, afetando profundamente os professores, num processo que exigiu uma resignificação forçada da docência e, a partir do qual é possível entender que a base teórica que sustenta a educação remota filia-se ao aprofundamento da lógica neoliberal. Considerando tal cenário, este artigo se propôs a contribuir para um debate responsável e necessário sobre as condições atuais que enfrentam os professores das universidades públicas brasileiras, analisando como as formas de precarização se aprofundaram durante a pandemia e trouxeram efeitos permanentes.

Embora o ensino remoto tenha sido apontado como opção inevitável para continuidade dos processos formativos, sua imposição incidiu sobre as instituições educativas, cooptando a docência e aprofundando o processo de precarização. Nesse cenário, muitas táticas encaradas como provisórias tornaram-se uma estratégia

permanente, interferindo negativamente no futuro das universidades públicas. Portanto, é mais do que necessário refletirmos sobre os efeitos inaugurados pelo ensino remoto (a princípio emergencial) que, no limite, contribui para a plataformização do trabalho docente, a privatização da universidade pública e remete a uma educação aligeirada e descomprometida com uma formação crítica.

A quase totalidade das respostas emitidas pelos docentes da UERJ confirmam o que a literatura especializada (e crítica) da área adverte: com o uso de TICs, o trabalhador é posto em sua casa, sem pagamento dos insumos básicos necessários ao desenvolvimento de suas atividades e dos gastos que tem com equipamentos. Adicionalmente, a casa organiza-se a partir do trabalho e embaralha-se de vez o tempo de trabalho e o de vida, a ponto de Antunes (2020) denominar o trabalho digital *on-line*, de “escravidão digital”.

A análise da nova morfologia do trabalho docente em *home office*, mesmo que emergencial e, portanto, provisório (com aspectos permanentes), exige de todos nós, uma profunda reflexão. Almejamos que as análises aqui contidas sejam relevantes para auxiliar no diálogo, apresentar a gravidade dos problemas que afetam a educação superior brasileira e a vida de seus profissionais, dispondo de conhecimentos responsáveis para a construção de um diagnóstico a respeito do trabalho docente.

Por fim, cabe registrar que, como aconteceu em outras fases históricas do capitalismo, a introdução de novas tecnologias não trouxe ganhos para os trabalhadores, não melhorou as relações trabalhistas, e não tornou as pessoas mais felizes, autônomas e com mais tempo livre. Diante de uma crise sanitária de tal magnitude, como a enfrentada com o advento da Covid-19, o trabalho remoto foi introduzido premido por uma situação atípica e mantido por conveniência e desejo da classe dominante. Cabe aos trabalhadores e trabalhadoras barrar essa lógica mercantil em curso nas instituições de ensino superior, enfrentar o projeto neoliberal do capital financeirizado e construir correlações de forças que sejam capazes de mudar o curso dos atuais acontecimentos.

Referências

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Perfis e trajetórias ocupacionais. In: MACHADO, Sidnei; ZANONI, Alexandre Pilan (Orgs). **O trabalho controlado por plataformas digitais no Brasil: dimensões, perfis e direitos**. Curitiba: UFPR – Clínica do Direito do Trabalho, 2022.

ADUSP. Aula magna de Marilena Chauí desvenda “Universidade Operacional”, 2014. Disponível em: <<https://www.adusp.org.br/index.php/campanha-salarial-2014cs/2076-aula-magna-de-marilena-chauí-desvenda-universidade-operacional>>. Acesso em: 08 jul. 2022.

AMARAL, Maria Gerlaine Belchior. A pós-graduação e os sentidos da pesquisa em tempos de produtivismo acadêmico. **Anais...** XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022.

ASDUERJ. Associação de Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. **Pesquisa Trabalho docente na UERJ em tempos de pandemia**. Descrição dos dados, 2021. Disponível em: <<https://asduerj.org/v7/wp-content/uploads/2021/02/24fev.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal e dá outras providências, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em: 08 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm>. Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022**. Dispõe sobre o Programa de Gestão e Desempenho - PGD da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, 2022. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/decreto/D11072.htm>. Acesso em: 02 nov. 2022.

BRIDI, Maria Aparecida. Prefácio. In: MACHADO, Sidnei; ZANONI, Alexandre Pilan (Orgs). **O trabalho controlado por plataformas digitais no Brasil: dimensões, perfis e direitos**. Curitiba: UFPR – Clínica do Direito do Trabalho, 2022.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade operacional**. São Paulo: Caderno Mais! Folha de São Paulo, 09 de maio de 1999.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. **Trabalho docente do assistente social nas federais: contradições e resistências em tempos de intensificação e produtividade acadêmica**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

GOMES, Thayse Ancila Maria de Melo. **Empresas de Educação Superior na Bolsa de Valores: conflitos laborais e trabalho docente**. 2021. 230f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

INEP. **Sinopses Estatísticas do Censo da Educação Superior**: 2020. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.a>>. Acesso: 5 jan. 2022.

INFORMANDES. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN. **Ensino remoto em substituição ao presencial? Tô fora!** Informativo n. 106, julho de 2020. Disponível em: https://issuu.com/andessn/docs/informandes_-_julho_2020_-_hi. Acesso em: 12 mar. 2021.

LEHER, Roberto. As atuais condições da Educação Superior no Brasil. Entrevista realizada por Rubens Luiz Rodrigues. **Revista Libertas**, v. 21, p. 1-9, 2021.

LOPES, André. Zoom fatigue: o esgotamento provocado pelo excesso de videoconferências. **Veja**. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/tecnologia/zoom-fatigue-o-esgotamento-provocado-pelo-excesso-de-videoconferencias/>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

MANCEBO, Deise. Trabalho remoto na educação superior brasileira: efeitos e possibilidades no contexto da pandemia. **Revista USP**, São Paulo, n. 127, p. 105-116, out. /dez. 2020.

MANCEBO, Deise. Trabalho docente remoto da UERJ e a utilização de tecnologias digitais. **Revista Advir**, Rio de Janeiro, n. 41, p. 7-13, 2021a.

MANCEBO, Deise. O trabalho em tempos de pandemia na educação superior brasileira. In: MELO, Savana Diniz Gomes; MARI, Cezar Luiz de (Orgs). **Da escola básica à universidade: o trabalho docente e a educação sob pressões**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2021b, p. 226-251.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **World employment and social outlook: the role of digital labour platforms in transforming the world of work**. Genebra: International Labour Organisation, 2021.

OLIVEIRA, Romualdo. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 30, n. 108, p. 739-760, 2009.

PARENTIN SCIENCE. **Sobre nós**. S.L.: 2022. Disponível em: <https://www.parentinscience.com/>, acesso em 28/12/2021.

RODRIGUES, José. **O moderno príncipe industrial**: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria. Campinas: Autores Associados, 1998.

RODRIGUES, José. **Os empresários e a educação superior**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil? **Educação & Sociedade** (Impresso), v. 36, p. 867-889, 2015.

SILVA, Amanda Moreira. Da uberização à youtuberização: a precarização do trabalho docente em tempos de pandemia. **RTPS – Rev. Trabalho, Política e Sociedade**, v. 5, n. 09, p. 587-610, jul.-dez./2020a.

SILVA, Amanda Moreira. **Formas e tendências de precarização do trabalho docente: o precariado professoral e o professorado estável-formal nas redes públicas brasileiras.** Curitiba: Editora CRV, 2020b.

SILVA, Amanda Moreira. Precarização e intensificação do trabalho docente na UERJ durante a pandemia. **Revista Advir**, Rio de Janeiro, n. 41, p. 25-34, 2021.

SILVA, Amanda Moreira. Os empresários e a educação superior: a obra de José Rodrigues como eixo de entendimento acerca das transformações da educação superior brasileira. **Trabalho Necessário**, v. 20, n. 42, 2022.

SILVA, Amanda Moreira; VIEIRA, Nívea Silva. 70 anos de UERJ: o ensino remoto como um "presente de grego". **Revista Advir**, Rio de Janeiro: Asduerj, 2020.

RIBEIRO. Fátima Sueli. Os custos da precarização do trabalho docente na emergência sanitária. **Revista Advir**, Rio de Janeiro, n. 41, p. 14-24, 2021.

Submetido em: 07/11/2022

Aprovado em: 28/12/2022



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição – Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)